

# A VERDAD POLÍTICA E A RAZÃO DO INTERESSE DOS ESTADOS\*

JOSÉ MARÍA ÑURRITEGUI RODRÍGUEZ  
*Universidad Nacional de Educación a Distancia*

I. O cânone historiográfico dos autores que, nas décadas finais de Seiscentos e no início de Setecentos, teorizaram sobre o *balance of power*, não acolhe nenhum morador da cultura política hispânica. Não se trata, apenas, de não se requerer referências dessa natureza para analisar a grande narrativa histórica que John Pocock definiu como *Utrecht Enlightenment* e cuja marca de identidade seria efectuada pela celebração do novo período que, a partir de 1713, se abria para a Europa não só com o triunfo da civilização sobre a barbárie e sobre o fanatismo religioso, mas também com o desaparecimento do domínio papal e imperial e com o definitivo encerramento das guerras de religião<sup>1</sup>. Também não se faz referência a materiais hispânicos para fixar a sequência e para contextualizar o aparecimento do vocabulário do *interesse dos estados*, vocabulário com o qual a gramática do equilíbrio de poderes, consagrada após a guerra da sucessão hispânica, se foi lentamente desenvolvendo nos momentos em que o inquietante risco de um possível

---

\* Projecto de investigação HAR2011-27562.

<sup>1</sup> John G. A. POCOCK, *Barbarism and Religion*, vols. 1: *The Enlightenments of Edward Gibbon, 1737-1764*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999 e 2: *Barbarism and Religion*, vol. 2: *Narratives of Civil Government*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999. Para fixar a linhagem textual que, desde meados do século XVIII, impulsionou uma reavaliação dessa mesma narrativa e propiciou a concepção de uma ordem europeia cuja estabilidade e coesão não ficassem circunscritos à mera neutralização entre as forças inversas da procura da supremacia continental e o forjar dos impérios comerciais, cf., além dos trabalhos de Pocock, Ian HUNTER, «Kant and Vattel in Context: Cosmopolitan Philosophy and Diplomatic Casuistry», *History of European Ideas*, vol. 39, n.º 4 (2013), pp. 477-502. Para uma imagem concreta da monarquia hispânica projectada por essa narrativa, como encarnação de uma cultura cuja incapacidade genética e falta de predisposição para se desprender do fanatismo religioso e da vocação universalista requeria a sua submissão a uma *tutela* que a impedisse de arruinar o progresso civilizante alcançado em Utrecht, cf. Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Entre la “Gravedad” y la “Religión”. Montesquieu y la “tutela” de la monarquía católica en el primer Setecientos» in *Materia de España. Cultura política e identidad en la España moderna*, Madrid, Marcial Pons, 2007, pp. 149-176.

reeditar da monarquia universal se entendeu como algo não só factível, mas também iminente – embora Montesquieu considerasse que, em 1727, tal risco estava já definitivamente esconjurado<sup>2</sup>. Nenhum texto de autoria hispânica marca presença na reconstrução desse caminho aberto pelo duque de Rohan – e percorrido, depois, por figuras como Samuel Pufendorf –, caminho esse que explica a posição fulcral que o conceito de *interesse*, entendido como elo entre a *conservazione dello stato* e o equilíbrio de poderes, alcançou em análises como a que, por volta de 1711, foi efectuada Daniel Defoe<sup>3</sup>. Pode por isso mesmo dizer-se que esse cânone historiográfico acarreta, implicitamente e em certa medida, uma dupla imagem. Por um lado, a de uma monarquia hispânica cuja implantação territorial proporcionaria, no solene cenário de Utrecht, o material básico com o qual se iria forjar e garantir um equilíbrio europeu, mas cujo alfabeto político, nas vésperas de tão traumática encruzilhada, chegaria desprovido de um discurso próprio minimamente articulado. Por outro lado, e de forma relativamente velada, a incapacidade da genuína economia cultural dessa monarquia para repensar a poderosa bagagem intelectual herdada em matéria de neo-escolástica castelhana e assim metabolizar os requerimentos concretos de um tempo novo, no qual a definitiva aniquilação da ameaça histórica de uma monarquia universal foi já concebida, de uma forma decidida e aberta, recorrendo-se à semântica do *balance of power*<sup>4</sup>.

No entanto, à luz de uma *Verdad*, e concretamente da *Verdad política* que o jurista catalão Miguel Francisco de Salvador publicou em Amesterdão, em 1694, é talvez importante matizar, pelo menos um pouco, o que acabou de ser dito<sup>5</sup>. Como é óbvio, não se trata de reivindicar, para a obra de Salvador, um lugar nas altas esferas dos grandes referentes teóricos elaborados como tratados científicos de validade universal, acerca dos quais David Armitage recentemente cartografou umas *foundations of modern international thought*<sup>6</sup>. Disposta como uma vigorosa exortação aos príncipes e

---

<sup>2</sup> Como exemplo e pela bibliografia que apresentam, cf. Jens BARTELSON, *A Genealogy of Sovereignty*, Cambridge University Press, 1995, caps. 5 e 6, e Jonathan HASLAM, *No Virtue like Necessity. Realist Thought in international relations since Machiavelli*, New Haven, Yale University Press, 2002. Cf., também, MONTESQUIEU, *Reflexions sur la monarchie universelle en Europe*, que consulto pela edição das suas *Oeuvres complètes* na Bibliothèque de la Pléiade (Paris, Gallimard, 1951), II, pp. 19-38.

<sup>3</sup> Daniel DEFOE, *The Balance of Europe: Or, An Enquiry into the Respectives Dangers of giving the Spanish Monarchy to the Emperor as well as to King Philip, with the consequences that may be expected from either*, Edimburgo, James Watson, 1711, esp. pp. 4-11.

<sup>4</sup> Martii KOSKENNIEMI, «International law and *Raison d'état*: Rethinking the Prehistory of International Law» in Benedict KINGSBURY e Benjamin STRAUMANN (eds.), *The Roman Foundations of the Law of Nations. Alberico Gentile and the Justice of Empire*, Oxford, Oxford University Press, 2010, pp. 297-339.

<sup>5</sup> Miguel Francisco de SALVADOR, *Verdad política*, Amsterdão, Henri Desbordes, 1684.

<sup>6</sup> David ARMITAGE, *Foundations of Modern international Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 2013.

às repúblicas da Europa para que perseverassem na sua cruzada contra a ameaça universalista projectada por Luís XIV, a *Verdad* de Miguel Salvador não deixava de demonstrar, através da linguagem da razão de estado, um entendimento bastante completo da ideia de equilíbrio de poder, assente sobre a máxima do *interesse dos estados*. No livro não existe nenhum sinal de apego a essências identitárias ancestrais que impedissem adquirir consciência da textura semântica com a qual a Monarquia Hispânica estava então a fazer as suas contas pessoais, no seu empenho por se voltar a situar no cenário de uma Europa cuja compreensão se transformava progressivamente em sinónimo de equilíbrio de poder<sup>7</sup>. Tal como fazia notar de uma forma explícita, a *Verdad* constituía, na realidade, um exercício de reorientação dinástica do poderoso discurso que, na sequência da metamorfose da razão de estado em razão de interesse, se tinha formalizado, décadas antes, e tendo a Monarquia de Espanha como alvo.

No pensamento e na forma de pensar do catalão Miguel Francisco de Salvador, a absoluta falta de porosidade que a genuína base cultural e identitária hispânica sugeria face ao novo entendimento da sociabilidade então promovida pelo reconhecimento do valor moral do *interesse* não era extensiva ao plano de ajuste entre identidades políticas. Outra coisa bem diferente é que uma reescrita desse tipo e intenção se pudesse desenvolver para lá do particular momento político em que um triunvirato – em nada insignificante – daqueles príncipes e repúblicas achasse que, perante as incertezas que rodeavam o futuro da localização dinástica da soberania hispânica, o único itinerário possível para a formalização de um equilíbrio de poder capaz de conter a ameaça de um domínio universal passava pela criação de uma *ciência de repartições*<sup>8</sup>.

II. Encorajado pelo bom acolhimento que o seu livro tinha conhecido na sua forma manuscrita, Miguel Francisco Salvador confessava, logo nas suas primeiras palavras, a principal intenção do texto apresentado com um título tão redondo quanto sugestivo: *Verdad política*. A partir do apego à linguagem da *buena política y razón de estado*, o autor queria proclamar que o «*interés*» e a «*seguridad*» dos «*príncipes de Europa, pequeñas soberantías*» incluídas, dependiam da salvaguarda e da preservação de um «*equilibrio de*

---

<sup>7</sup> John G. A. POCKOCK, «Some Europes in their history» in Anthony PADGEN, *The concept of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, pp. 55-71.

<sup>8</sup> A expressão procede das *Reflexiones sobre el Tratado que han concluido entre sí los dos Reyes de Francia y de Inglaterra, y los Estados Generales de las Provincias Unidas del País Bajo, en el gran propósito de la sucesión del Rey Católico y repartición de su Monarquía. Se manifiestan las enormidades inconsecuencias del mismo tratado, y las fatales y perniciosas resultas que tendría su efectación. Y por fin se examina si entre las dos extremidades de admitir la repartición o contrastarla, sería acertado medio término el de ofrecer la entera sucesión a la Francia, para el segundogénito del Delfín*, Barcelona, Cormellas, 1700, p. 19.

*potencias*» que só uma «*liga contra França*» poderia, naquela altura, garantir<sup>9</sup>. Apresentada, pois, como uma vigorosa exaltação ao combate e, também, como uma instrução em matéria de *interesses de estado*, a *Verdad* era muito menos abstracta do que a reflexão geral *Sur la necesitte de former des alliances tant offensives que défensives contre une puissance étrangère qui aspire manifestement à la monarchie universelle*, da autoria de Fénelon. E a *Verdad* era também bem mais concreta do que a prévia *Introduction to the History of the principal Kingdoms & States of Europe*, em cujo prefácio Samuel Pufendorf tinha sentido a necessidade de explicar que «that those who have the Supreme Administration of affaires, are oftentimes not sufficiently instructed concerning the Interest both of their own State, as also that of their Neighbours»<sup>10</sup>. Ao contrário destes dois textos, e ainda que adoptando o mesmo estilo de escrita que utilizavam, a partir do observatório inglês, umas anónimas *Reflections upon the conditions of peace offered by France*, Miguel Francisco de Salvador procurava dotar a sua intervenção de uma roupagem própria e distinta de uma *pièce d'occasion*, e a sua *Verdad* foi dada à estampa precisamente no momento em que aquilo que mais preocupava as instâncias do governo da monarquia eram os enganadores apelos à *paz* que Luís XIV naquela altura entoou, tendo em vista pôr fim a uma guerra começada cinco anos antes<sup>11</sup>.

Dedicada a Alonso Carnero na sua recém-estreada condição de secretário de estado e do despacho universal, não era evidentemente por acaso que a obra tivesse sido impressa precisamente no mesmo período em que as tipografias de Madrid, de Sevilha, de Saragoça e de Barcelona publicavam, quase em simultâneo, a tradução de *La salut d'Europe considérée dans un état de crise*, com o título mais detalhado *La salud de la Europa considerada en un estado de crisis, con un advertimiento a los aliados sobre las condiciones de paz que la Francia propone*, uma longa designação inspirada, literalmente, na sua versão italiana. Expoente da renovada eficácia argumentativa que a referência à monarquia universal tinha adquirido no debate político, ao assumir-se unanimemente que o conceito remetia para um horizonte perfeitamente cristalizável e nada utópico, esta *Salut d'Europe*, publicada no princípio do ano na Holanda, alcançou de imediato reconhecimento no debate de 1694, ao vincular com lucidez a sobrevinda iniciativa de paz de Luís XIV e os seus contrastados desígnios sobre a futura localização dinástica da

<sup>9</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., p. 1.

<sup>10</sup> Cf., *Ouvres diverses de Fénelon*, Lefèvre, Paris, 1874, pp. 259-274, e Samuel PUFENDORF, *Einleitung zu der Historie der vornehmsten Reiche und Staaten so itziger Zeit in Europa sich befinden*, Knoch, Frankfurt, 1682, que utilizo e cito pela recente edição em inglês de Michael J. SEIDLER (Liberty Fund, Indianápolis, 2011).

<sup>11</sup> Cf., como exemplo, a Consulta do Conselho de Estado ao Rei Carlos II sobre a continuação da guerra sem ouvir as propostas de Luís XIV de França para ajustar a paz e sobre as pretensões deste rei à sucessão da Coroa de Espanha, em REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA [RAH], Salazar y Castro, k-42, ff. 1-6.

soberania hispânica<sup>12</sup>. Porém, o facto de a sua leitura do momento político se perfilar e se afaçar como referente não significava, de modo algum, que fosse a única passível de ser então produzida. Assim o testemunhavam, com nitidez, umas *Reflétions* anónimas que foram publicadas em Londres, corria o ano de 1694, e que repudiavam, sem hesitar, a proposta de pacificação formulada por Luís XIV a partir de uma esclarecedora reivindicação de um equilíbrio cujo *esprit* acabava por atribuir à Inglaterra o papel de *balancer*, situando-a assim numa posição que lhe permitia «to maintain the Empire of the Sea» e «to decide the success of Wars and the Conditions for the future»<sup>13</sup>. A cultura hispânica deu um acolhimento muito frio à *Salut d'Europe* e nem sequer teve em conta as *Reflections*, o que é sem dúvida revelador da gramática cultural que capturava a diferente abordagem de ambos os textos. Contudo, isso não implicava que a *Verdad*, de Miguel Salvador, tivesse de se limitar a efectuar uma mera reiteração das teses contidas na *Salut*, por muito que a edição desta obra tenha sido muito bem recebida pelo público. Tudo ficava explicado desde o início, da maneira como o fazia Salvador, ao estabelecer, como enquadramento básico da sua argumentação, que a presente ameaça de uma monarquia universal já se tinha projectado no passado sob o signo e a divisa da casa de Áustria.

Ao assumir esta posição, Miguel Salvador estava, na realidade, a adoptar um registo particular de discurso que não só o situava na órbita de uma certa retórica política então surgida na sede imperial, como também o afastava da abordagem habitual que era tradicionalmente dispensada ao assunto, tanto pelas letras hispânicas – na linha marcada e simbolizada por Arnolfini de Illescas –, como pelas peças que, à maneira da própria *Salud de la Europa*, não descendiam do presente e do recente passado a não ser para rastrear as raízes da «excelência de la constitución interior» sobre a qual a França sustentava agora o seu desígnio universalista<sup>14</sup>. Nessa ordem de

<sup>12</sup> *Reponce a une deduction presentée par Monsieur de Bonrepos a la Cour de Danemark, par laquelle il pretend prouver que sur les conditions offertes par la France, le repos peut être rétably dans la Chrèstienté sur un pied juste, raisonnable & de durée*, Colónia, 1695, pp. 3-4.

<sup>13</sup> *Reflections upon the conditions of peace offered by France*, Londres, 1694. E cf., para o seu contexto, Michael J. SHEEHAN, «The Development of British Theory and Practice of the Balance of Power before 1714», *History*, vol. 73, n.º 237 (1988), pp. 24-37 e Shinsuke SATSUMA, *Britain and Colonial Maritime War in the Early Eighteenth Century*, Woodbridge, Boydell Press, 2013, pp. 37 e segs.

<sup>14</sup> Cf., José Arnolfini de ILLESCAS, *Discurso histórico-político sobre el estado presente de la Monarquía* (que cito pela edição de Cristina HERMOSO, *Una mirada a la Monarquía española de finales del reinado de Felipe IV*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2010), p. 105 e *La salud de la Europa considerada en un estado de crisis, con un advertimiento a los aliados sobre las condiciones de paz que la Francia propone*, Saragoça, 1694, p. 15. Jean SCHILLINGER, *Les pamphlétaires allemands et la France du Louis XIV*, Berna, Peter Lang, 1999 e Franz BOSBACH, «Eine französische Universalmonarchie? Deutsche Reaktionen auf die europäische Politik Ludwigs XIV» in Jochen SCHLOBACH (ed.), *Vermittlungen. Aspekte der deutsche französischen Beziehungen vom 17. Jahrhundert bis zur Gegenwart*, Berna, Peter Lang, 1992, pp. 53-68.

ideias, e dando um passo decidido em frente, Salvador nem sequer refere que, com a viragem dinástica consumada ao longo de Seiscentos, a própria ameaça se tinha agravado, tal como, pelo contrário, o faria, pouco depois, o *Essay upon Universal Monarchy*, de Charles Davenant, disposto a falar de um *fairest prospect* no seu empenho em ressaltar que o modelo imperial inglês, marítimo e comercial, constituía o único sobre o qual era possível criar uma ordem capaz de neutralizar qualquer tipo de deriva universalista<sup>15</sup>. Na verdade, o próprio ambiente de reflexão política no qual se situava a escrita de Miguel Salvador já acolhia, no seu seio, esse género de pensamento. A vigorosa prosa de Davenant poderia sem dúvida ser mais profunda, ao afirmar que a posição da França para assaltar a monarquia universal nunca tinha estado ao alcance nem do império hispânico, nem de todos os demais precedentes, incluindo «the Assyrian or Babylonian, the Persian, Macedonian and the Roman Empires», cujo crescimento fulgurante os tinha por fim conduzido ao fracasso ao lhes impedir «to cement strongly together». E podia ser também mais meticoloso ao precisar que essa privilegiada posição se devia ao facto de que, durante os reinados de Luís XIII e Luís XIV, por obra de Richelieu e de Mazarin, a França tinha estado «all the while under a strong government»<sup>16</sup>. Contudo, tanto uma como a outra eram linhas discursivas com as quais a sua exposição já coincidia com a *Salud de Europa*, ao declarar – referindo-se à monarquia hispânica – que «ha faltado mucho para que su potencia haya sido jamás del temple de la de Francia»<sup>17</sup>.

Perante todos esses factos, Salvador demarcava-se frisando que a possibilidade de então se concretizar um expediente de dominação universal dependia, como em tempos passados, da resposta que viesse a ser dada, no presente, ao reaparecimento de tão antigo desafio. Se a sua *Verdad política* estava povoada de contínuas referências aos aqueus, aos etólios e aos cartagineses, ao império romano, a Antígono ou a Filipe II da Macedónia, era precisamente com a intenção de sublinhar que, desde a Antiguidade, e ao longo de toda a história, os *príncipes sábios* tinham vislumbrado os *arcãos* do governo no *equilíbrio de forças*<sup>18</sup>. Várias décadas antes de David Hume se ter interessado, na abertura do seu célebre *The Balance of Power*, pelos termos exactos em que se discutia a ideia de equilíbrio, e por se esta era fruto genuíno da política moderna ou se, pelo contrário, essa política dos modernos

---

<sup>15</sup> Eva BOTELLA, «Debating Empires, Inventing Empires: British territorial claims against Spaniards in America, 1670/1714», *The Journal for Early Modern Cultural Studies*, vol. 10, n.º 1 (2010), pp. 142-168.

<sup>16</sup> Cf., Charles DAVENANT, *An essay upon Universal Monarchy* (1701), que cito por *The political and commercial works of that celebrated writer Charles Davenant*, Londres, 1771, vol. IV, pp. 5-6, 22 e 25. E cf., Seiichiro ITO, «The ideal statesman: the influence of Richelieu on Davenant's political thought» in Heinz D. KURZ, Tamotsu NISHIZAWA e Keith TRIBE (eds.), *The dissemination of economic ideas*, Cheltenham, Edward Elgar, 2011, pp. 41-63.

<sup>17</sup> *La salud de la Europa*, cit., p. 39.

<sup>18</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., p. 18.

só se podia vangloriar de ter conceptualizado um conhecimento com o qual já estavam apetrechados os antigos, Miguel Francisco Salvador, tal como faria mais tarde o *philosophe* escocês num momento histórico distinto, e desde uma cultura política e religiosa igualmente diferente, não duvidava em considerar como óbvio que a inteligência política dos antigos impedia imaginar que carecessem do *sentido comum* infundido pela ideia de equilíbrio de poderes<sup>19</sup>. Sob esse prisma, a guerra do macedónio Perseu contra Roma, ou a *prudente política* dos soberanos que, nas primeiras décadas de Quinhentos, tinham estabelecido coligações contra Carlos V, proporcionavam uma clara ilustração de que «todos los estados no se juzgan fuertes o débiles sino es en comparación del poder de sus vecinos, y por eso los príncipes sabios han procurado mantener siempre cuanto pueden el contrapeso, pues su seguridad consiste en la igualdad de las fuerzas de los más grandes». Se referir Trajano Bocallini para reconhecer que eram os «príncipes más sabios de Europa» os que se tinham unido contra Carlos V, podia para além disso provocar algumas estridências no imaginário político hispânico, as mesmas não deixavam de constituir o preço que tinham necessariamente de pagar aqueles que, como Salvador, solicitavam aos príncipes de finais do século XVII, e em especial aos príncipes de Itália, que aplicassem à França, no tempo presente, a «saludable política» que «contra los austríacos entonces tomaron»<sup>20</sup>.

A própria formulação do seu apelo ao combate nesses termos também não deixava dúvidas em relação ao exacto posicionamento adoptado por Salvador quando, nos primeiros momentos do livro III do seu crucial *Droit des gens*, o jurista suíço identificou como a «célèbre & de la plus grand importance» questão de se «l'accroissement de une puissance voisine, par laquelle on craint d'être un jour opprimé, est une raison suffisante de lui faire la guerre»<sup>21</sup>. A oportuna citação do fragmento das *Décadas* de Tito Lívio que recolhia «la máxima de estado que obliga a los Príncipes a dar socorro

---

<sup>19</sup> David HUME, «On the Balance of Power» in Eugene F. MILLER (ed.), *Hume. Essays: Moral, political and literary*, Indianápolis, Liberty Fund, 1987, pp. 332-341. E cf., Frederick G. WHELAN, «Robertson, Hume and the Balance of Power», *Hume Studies*, vol. 21, n.º 2 (1995), pp. 315-332. Para a reconstrução do debate historiográfico sobre a genealogia do próprio conceito de «balance of power» e a referência básica que, no mesmo, constitui o pronunciamento de Hume, cf. Torbjorn KNUITSEN, «The Rise of Balance-of-Power Politics: The Advent of an Institution» comunicação apresentada ao *Annual Meeting of the International Studies Association 48<sup>th</sup> Annual Convention*, Hilton Chicago, 28-2-2007, <[http://citation.allacademic.com/meta/p181194\\_index.html](http://citation.allacademic.com/meta/p181194_index.html)>.

<sup>20</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., pp. 6 e 33. E cf., Donatella GAGLIARDI, «Fortuna y censura de Boccalini en España: Una aproximación a la inédita *Piedra del parangón político*» in Eugenia FOSALBA e Carlos VAILLO (eds.), *Literatura, política y sociedad en el siglo de Oro*, Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona, 2010, pp. 191-207 e Richard TUCK, *Philosophy and government, 1572/1651*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 101-103.

<sup>21</sup> Emeric VATEL, *Le Droit des Gens, ou Principes de la Loi Naturelle appliques à la Conduite et aux Affaires des Nations et des Souverains*, Londres [Neuchatel], 1758, III, 3, 42.

a sus vecinos por el justo temor de que la ruina de estos no abra camino a la de ellos» não deixava margem para dúvidas<sup>22</sup>. Era suficiente, sem mais considerações, para sublinhar a sua rejeição do *dictum* subscrito por Hugo Grócio, no seu *De iure belli ac pacis*, e a sua correlativa alienação junto aos que se decantavam a catalogar e a conceptualizar como *justa* qualquer guerra empreendida contra o crescimento desmesurado da força e potência de uma entidade política que podia, dessa forma, ameaçar a segurança dos seus vizinhos e a do conjunto da Europa, na linha que culminaria no próprio Vattel e que, no momento prévio à escrita da *Verdad*, era já sustentada por Juan Alfonso de Lancina nos seus *Comentarios políticos* de Tácito<sup>23</sup>.

Sem a necessidade de, por isso, se revestir de elevadas pretensões teóricas, no leque da argumentação não havia, para além disso, uma segunda intenção acerca da compreensão da noção de equilíbrio com a qual o jurista Salvador tecia o seu discurso sobre o encontro da política com a dinâmica de forças<sup>24</sup>. Quando afirmava, em primeiro lugar, que «las Casas de Austria y Francia... hacen una nueva Cartago y Roma», e, depois, que «la ruina de la una es el precipicio de la fortuna de los otros príncipes», ou quando sustentava que essa «máxima de interés» de estado» era «fundamento de conservación» que «importa grandemente para la estabilidad y reposo de todos los otros príncipes que se tengan cuanto es posible estas dos potencias en equilibrio», o jurista catalão não estava evidentemente a sublinhar, apenas, a dimensão histórica que dava corpo à sua exortação<sup>25</sup>. Ao insistir, com a máxima veemência, na ideia de que «la seguridad de los otros príncipes, divididos en el favor de estos dos partidos, consiste en mantenerlos en equilibrio», estava também a testemunhar o entendimento estritamente bipolar do equilíbrio em que operava e que ainda se encontrava vigente no contexto em que a *Verdad política* surgiu, mas cuja liquidação começava também a verificar-se naquela época<sup>26</sup>. O certo é que, na escrita do seu próprio comentário sobre os *arcanos de governo* dos *príncipes sábios*, pode vislumbrar-se uma forte negação da existência, em termos absolutos, de estados *fortes* e *débeis*, e, assim, a adopção de critérios relativos e dinâmicos de valorização da potência dos estados, critérios que sugeriam que esse poder só poderia ser calculado e calibrado por comparação com o poder

---

<sup>22</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., p. 10.

<sup>23</sup> Cf., HUGO GROCIUS, *De iure belli ac pacis*, 1625, II,1,17 e II,22,5. Sobre isto, RICHARD TUCK, *The rights of war and peace. Political thought and the international order from Grotius to Kant*, Oxford, Oxford University Press, 1999 pp. 187-196, e WALTER RECH, *Enemies of Mankind. Vattel's theory of collective security*, Melbourne, University of Melbourne, 2013, pp. 171-192. Cf., também, JUAN ALFONSO DE LANCINA, *Comentarios políticos a los Annales de Cayo Vero Cornelio Tácito*, Madrid, Melchor Álvarez, 1687, p. 18.

<sup>24</sup> Michel FOUCAULT, *Seguridad, Territorio, Población*, Madrid, Akal, 2008, pp. 271-293.

<sup>25</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit. p. 2.

<sup>26</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., p. 5.

dos estados vizinhos<sup>27</sup>. Mas esse possível desenvolvimento argumentativo, que encontrou o seu lugar natural na teorização de autores como Samuel Pufendorf, ficava, em última instância, e no caso da *Verdad*, sepultado sob a imponente imagem das *nuevas Cartago y Roma*<sup>28</sup>. Nesse sentido, e ainda que partilhando a convicção de que as ligas constituíam o melhor meio, *de facto* e de direito, para articular um programa de contenção face a uma pretensão universalista, Salvador não empregava obviamente a linguagem com que, uns poucos anos depois, Fénelon projectava a imagem de uma «espèce de société et de république générale» alinhavada pelo «l'interet commun» dos «Etats voisins», mas sim o que meio século antes tinha levado o duque de Rohan a considerar óbvio, na sua prosa, que «il y a deux puissances de la Chrestiente qui sont comme les deux poles desquels descendent les influences de paix et de guerre sur les autres estats, a savoir, les maisons de France et d'Espagne»<sup>29</sup>.

Tal como o barão de Lisola demonstrara, no contexto da Guerra da Devolução, a propósito de uma compreensão do equilíbrio parecida com a que acabou de ser referida, era possível levantar, com naturalidade, um discurso de conotações dinásticas exactamente inverso ao disposto pelo duque de Rohan na década de trinta. No seu *Buclier d'état et de justice* imediatamente traduzido para castelhano como *Escudo de estado y justicia* e integrando – ao contrário de Salvador – não apenas a citação directa de Henri de Rohan, mas também o fragmento inteiro no qual este fixava a compreensão básica do equilíbrio sobre um possível polo dinástico duplo, Lisola já se dispusera a reivindicar a validade desse esquema teórico, bem como a censurar a disposição que, no momento de o forjar, tinha conduzido o seu inspirador a colocar a Casa da Áustria na mira das críticas<sup>30</sup>. O mesmo, portanto, que Miguel Salvador faria, mais tarde, na sua obra *Verdad política*, em cujo enquadramento básico, e apesar de esconder vestígios de uma referência directa, a adopção das explicações do duque de Rohan era tão aberta e decidida que, com o ajuste oportuno dos tempos da sua dimensão dinástica reclamada por Lisola, parecia tratar-se de uma versão emendada da prosa

---

<sup>27</sup> Maurizio BAZZOLI, *Il piccolo stato nell'Età Moderna. Studi su un concetto della politica internazionale tra XVI e XVIII secolo*, Milão, Jaca, 1990, pp. 59-98.

<sup>28</sup> Samuel PUFENDORF, *De iure naturae et gentium libro octo*, Londres, Londoni Scanorum, 1672, VII, II, 2.

<sup>29</sup> Cf., F. FÉNELON, *Sur la necesitte de former des alliances*, pp. 259 e o prefácio de Henri de Rohan ao seu *De l'interest des Princes et Estats de la Chrestiente*, Paris, 1638 (que consulto através da edição de Christian LAZZERI, Paris, PUF, 1995). Cf., Peer MAURSETH, «Balance of power thinking from the Renaissance to the French Revolution», *Journal of Peace research*, vol. 1, n.º 2 (1964), pp. 120-136 e John Harsey M. SALMON, *Renaissance and revolt. Essays in intellectual and social history of early modern France*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, pp. 98 e segs.

<sup>30</sup> [Franz Paul LISOLA], *Escudo de estado y de justicia contra el designio manifestamente descubierto de la Monarchia Universal bajo el vano pretexto de las pretensiones de la Reina de Francia*, Bruselas, Francisco Foppens, 1667, pp. 194-196. E cf., Michael SHEEHAN, *The Balance of Power. History & Theory*, Londres-Nova Iorque, Routledge, 2000, p. 41.

política do próprio duque de Rohan, quando, no seu *Discours des Princes et Etats de la Chrestienté plus considerables a la France, selon leurs diverses qualitez et conditions*, se dedicava a proclamar que «tous les Princes et Etats de la Chesrienté non sujets au partisans d'Espagne ont l'interest de lui former un contrapoids necessaire»<sup>31</sup>.

A plena coincidência e a tácita cumplicidade de Salvador com essa linha traçada por Lisola, na recepção do discurso, e a linguagem do duque de Rohan, podiam tornar-se extensivas também a outro conjunto de atributos especialmente definidores da intenção e da razão pela qual a sua *Verdad* se apresentava e adjetivava como *política*. Por um lado, e significativamente, mostrava que o jurista catalão renunciava expressamente a integrar os pressupostos confessionais e a encará-los como parte essencial da motivação em que assentava a sua convocatória, aos príncipes da Europa, para o combate. Importa notar que essa mesma omissão do registo confessional era muito forte no caso do duque de Rohan. Além disso, na transição para o século XVIII, esse tema estava até a estimular a vigorosa retórica do *protestant interest*, uma das marcas essenciais nas quais Lisola se tinha distinguido dos autores hispânicos que militavam no mesmo grupo, no contexto do certame jurídico e político que enquadrava e contextualizava o seu *Bouclier d'état*<sup>32</sup>. Por outro lado, a centralidade adquirida pelo conceito de *interesse* na imagem muito concreta do equilíbrio de poderes, definida com os traços das categorias e do vocabulário da razão de estado a cuja contemplação o texto apelava. Desta forma, Salvador concedia até ao leitor da sua *Verdad política* a liberdade de atribuir à «*fortuna o a la Divina providencia*» as misérias de um presente caracterizado por uma fulgurante ressurreição, sob a nova divisa dinástica da ameaça de uma «universal monarquía»<sup>33</sup>. Mas o que se considerava óbvio e incontestável era a suma importância que, para a conjurar, implicava, tal como no seu momento propusera o duque de Rohan, o «hacer un poco de reflexión a la condición presente de los intereses de los Príncipes», sem deixar no entanto de estabelecer que «los príncipes no tienen otro afecto que su interés», naquilo que constituía um novo exemplo da profundidade da marca que a *Verdad* parecia deixar na retórica daquele *De l'interest des Princes* que inaugurava as suas páginas com um epigrama consagrado a sentenciar que «les Princes commandent aux peuples & l'interest commande aux Princes»<sup>34</sup>.

<sup>31</sup> Cito o *Discours* através da sua edição *Mercur de Etats* de 1635, p. 399.

<sup>32</sup> Cf., Julián VIEJO, «El Sueño de Nabucodonosor. Religión y política en la Monarquía Católica a mediados del siglo XVIII», *Revista de Estudios Políticos*, n.º 84 (1994), pp. 145-164 e Andrew C. THOMPSON, *Britain, Hannover and the Protestant Interest, 1688/1756*, Woodbridge, Boydell & Brewer, 2006.

<sup>33</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., p. 6.

<sup>34</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., pp. 5 e 35.

Esta marca remetia, na verdade, para o mais profundo substrato da *Verdad*<sup>35</sup>. Em primeiro lugar, porque a obra do duque de Rohan encerrava a primeira conjugação entre, por um lado, a noção de equilíbrio de poderes definida pelo interesse dos estados e, por outro, o vocabulário da *ragion di stato* algum tempo antes apurado por Giovanni Botero. As *Relationi Universali* do piemontês perfilaram, desde um primeiro momento, os parâmetros aptos para calibrar a *força* dos estados e o modo de avaliar as relações de poder entre estes. Tinham também feito a articulação entre a condenação da monarquia universal (catalogada como um fósil maligno) e o reconhecimento do relativismo e pluralismo próprios de uma arena política na qual o ajuste entre os *stati* passava a conceber-se como meio natural para a difusão da *ragion di stato*<sup>36</sup>. Mas era no filão que constituía a literatura política francesa, coroada pelos textos do duque de Rohan, que realmente tinha culminado aquela singular metamorfose da razão de estado em razão de interesse, cujo rasto era tão nítido no corpo da *Verdad*<sup>37</sup>. De facto, a mesma cultura hispânica que influenciara toda uma geração de autores na sua análise da política através da leitura dos trabalhos de Botero, não tardou a emitir a sua completa rejeição da adopção do *interesse* como referência fundamental do discurso da *ragion di stato*<sup>38</sup>. Por isso, e ao se dedicar à instrução dos príncipes da Europa no reconhecimento do equilíbrio de poderes como uma *máxima de interesse de estado*, a *Verdad* confirmava um dos seus perfis mais distintivos, configurando-se pura e simplesmente como o verdadeiro reverso da literatura política hispânica, a qual, no momento inicial da recepção do livro *De l'interest*, tinha sentido a necessidade de assinalar, tal como o fazia uma *Apología del hombre obscuro*, que «las amistades que se contraen

<sup>35</sup> Como já apontou José María JOVER ZAMORA, «El sentimiento de Europa en la España del XVII», *Hispania*, n.º 9 (1949), pp. 263-307.

<sup>36</sup> Cf., Romain DESCENDRE, *Une géopolitique pour la Contre-Réforme: les "Relazioni Universal" di Giovanni Botero (1544/1617) in Esprit, lettres et expression de la Contre Réforme en Italia à l'aube de un monde nouveau*, Nancy, Université de Nancy, 2005, pp. 47-59, e, do mesmo autor, mais desenvolvido, *L'état du Monde. Giovanni Botero entre raison d'état et geopolitique*, Genebra, Droz, 2010.

<sup>37</sup> Christian LAZZERI e Dominique REYNIÉ (eds.), *Politiques de l'intérêt*, Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 1999, Pierre FORCE, *Self-Interest before Adam Smith*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 135-140 e Dean MATHIOWETZ, *Appeals to Interest: Language, Contestation and the Shaping of Political Agency*, University Park, Pennsylvania State University Press, 2011, pp. 66-85.

<sup>38</sup> Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Entre la Razón Católica y la Razón de Estado: Senderos de la *Raison Politique* en la Monarquía española», *Transactions. Journal of Franco-Iberian Studies*, n.º 5 (2009), pp. 97-116, Xavier GIL PUJOL, «Las fuerzas del Rey. La generación que leyó a Botero» in Mario RIZZO, José Javier RUIZ IBÁÑEZ e Gaetano SABATINI (eds.), *Le forze del Principe. Recursos, instrumentos y límites en la práctica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica*, Universidad de Murcia, 2003, pp. 971-1022, e, do mesmo autor, «La razón de Estado en la España de la Contrarreforma: usos y razones de la política» in Salvador RUS RUFINO (ed.), *La Razón de Estado en la España Moderna*, València, Publicaciones de la Real Sociedad Económica de Amigos del País, 2000, pp. 39-58.

entre potentados son calificadas con diversas causas, las peores de las cuales son las de la utilidad o interés sólo, pues no pueden tener nervio de fe»<sup>39</sup>. Isto não significava que a *política cristã* que se forjava no seio dessa cultura mostrasse sinais de autismo, ao reconhecer a impossibilidade de prestar conta dos modos de relação entre príncipes soberanos sem recurso às noções de *interesse* e de *conveniência*. Que «la conveniencia los hace amigos o enemigos, y aunque mil veces se rompa la amistad, la vuelve a soldar el interés, y mientras hay esperanzas de él, dura firme y constante», não representava nenhum segredo para Saavedra y Fajardo. Porém, a distância era marcada pelo próprio Saavedra Fajardo quando, imediatamente depois, especificava que «no se debe anteponer el interés y la conveniencia a la amistad, no por el Príncipe que instituyen estas Empresas»<sup>40</sup>.

A presença, sempre velada mas, por vezes, também literal, da prosa de Henri de Rohan no corpo do texto de Francisco Salvador ilustrava, sem dúvida, outra via distinta de leitura e, à sua maneira, de adoção do *discurso do interesse*. Mas evidenciava também, na mesma medida, a sua sensibilidade em relação à forma retórica da obra do autor e à dimensão retórica da sua concepção da política. Na verdade, só partindo dessa sensibilidade se podia conceber a ideia de brindar o alfabeto político hispânico com um discurso sobre o equilíbrio de poderes que estivesse apetrechado e que pudesse confiar o seu destino à demonstrada eficácia da eloquência, com a qual, num passado recente e próximo do futuro da monarquia, se tinha difundido essa pedagogia do *interesse* para príncipes e estados. A maneira como Salvador designava os *Ragguagli di Parnaso*, de Trajano Boccalini, revelava algo a esse respeito. E talvez fosse ainda mais revelador das aspirações, mas também da opção de escrita em que confiava o próprio Salvador, o facto de que, naquele mesmo momento, Francisco de Bances Candamo, longe de perseverar na catalogação de Boccalini como «*boca del infierno*» inicialmente subscrita por Lope de Vega, concebesse a ideia de compor uns *Raguallos de la Monarquia* que reivindicassem a vigência e a entidade da sua economia cultural<sup>41</sup>. O debate em que se inseria a intervenção de Salvador, o da determinação do ajuste de interesses entre entidades políticas

<sup>39</sup> *Apología del hombre obscuro para el desengaño de todos los potentados. Dedicada al Rey Nuestro Señor en respuesta de un discurso francés imprimido en Venecia en nombre del duque de Rohan*, Biblioteca Nacional [BN], Manuscritos [Mss.], 887, ff. 176-194.

<sup>40</sup> Diego SAAVEDRA FAJARDO. *Idea de un Príncipe político christiano representada en cien empresas*, Antuérpia, Jerónimo e Juan Bautista Verdussen, 1655, pp. 709-710. Cf., Antonio RIVERA, «Saavedra y Fajardo y el derecho de gentes moderno», *Res Publica*, n.º 19 (2008), pp. 381-402.

<sup>41</sup> Devo o conhecimento da iniciativa de Bances Candamo à conferência proferida por Julio A. Pardos na Universidad Autónoma de Madrid a 17 de Dezembro de 2013, com o título *El problema político en las postrimerías de la Casa de Austria. Consideraciones sobre la estatalidad moderna*. A citação de Lope de Vega provém do soneto *A los Raguallos de Boccalini, escritor de sátiras*, publicado nas suas *Rimas humanas y divinas del licenciado Tomé de Burguillo*, Madrid, 1634, e que consulto através da edição de Macarena Cuiñas Gómez, Madrid, Cátedra, 2008, p. 319.

capacitado para garantir a estabilidade de cada uma delas e, conseqüentemente, da ordem europeia no seu conjunto naquele momento de encruzilhada, estabelecia também a sua própria orientação. Não parecia admitir outro registo de discurso, nem permitia omitir o decisivo papel que a força persuasiva do género retórico, cunhado pelo duque de Rohan, estava destinada a desempenhar na consubstanciação deste. Os títulos do leque de textos – desde os *Nouveaux Interets des Princes et Souverains de la Europe*, de Gatien Sandras de Courtilz, ao anónimo *Traite des interets des Princes et Souverains de l'Europe*, publicado em Antuérpia um ano após a *Verdad política* – eram suficientes para o demonstrar, sem necessidade de ir mais longe para o confirmar<sup>42</sup>.

No entanto, que o *interesse* desse modo submetido a debate, e ao qual se remetia Salvador com a *Verdad*, fosse, em concreto, o interesse dos *príncipes* e dos *estados* implicava uma abrupta ruptura de laços com as categorias e com a forma de raciocinar da *Apología*, mas sem que tal ruptura tivesse de afectar os pontos mais sensíveis da base cultural e identitária genuinamente hispânica. Por assim dizer, e ainda que, na verdade, pudesse conter a sua semente, o duque de Rohan não operava com a noção de *interesse próprio*, esculpida e exaltada como fundamento da ordem social por La Rochefoucault ou por Pierre Nicole<sup>43</sup>. Que pontualmente pudesse, além do mais, estar de acordo com Samuel Pufendorf, ou que se escrevesse num momento no qual se dava como adquirido que «nothing strikes a reader of history more often than the automatic expiration of treaties after times and interest have changed», tão-pouco implicava, de forma alguma, que a *Verdad* tivesse a intenção de assumir a linhagem *jus-racionalista* da obra de um autor que, ao conectar a noção de interesse com a teoria social, estava a criar as condições de possibilidade de uma sociedade comercial<sup>44</sup>. Aliás, a *Verdad* não transmitia nenhum mal-estar face ao conceito de direito natural e face ao entendimento da sociabilidade que informava a cultura em que se inscrevia o seu texto, nem demonstrava a mínima abertura face às novas concepções antropológicas nas quais a religião já não era reconhecida como o manancial dos valores morais indispensáveis para a vida em sociedade<sup>45</sup>. Como é evidente,

---

<sup>42</sup> E cf. a bem conseguida reconstrução textual de Franz BOSBACH no seu clássico *Monarchia universalis. Ein politischer Leitbegriff del frühen Neuzeit*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1988, cap. V.

<sup>43</sup> Johan HEILBRON, «French moralists and the anthropology of the modern era: On the genesis of the notions of “interest” and “commercial society”» in Johan HEILBRON, Lars MAGNUSSON e Bjorn WITTRICK (eds.), *The Social Sciences and the Formation of Modernity. Conceptual Change in Context, 1750-1850*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 2001, pp. 77-105.

<sup>44</sup> J. HASLAM, cit., pp. 62 e segs. – de onde tomo a citação de Pufendorf –, e Istvan HONT, «The language of sociability and commerce: the theoretical foundations of the “Four-Stages Theory”», *Jealousy of Trade. International Competition and the Nation-State in Historical Perspective*, Cambridge, Harvard University Press, 2005, pp. 159-184.

<sup>45</sup> Para o contexto em que se inscrevia, cf., Julen VIEJO, «*El amor propio en el infierno*». *Pasiones y gobierno en la monarquía hispana*» in Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO (ed.), *Fénix de*

Salvador não lia o duque de Rohan como o tinha feito Thomas Hobbes na sua época<sup>46</sup>. À semelhança de tantas outras obras das décadas finais de Seiscentos, algumas das quais já tinham sido traduzidas para castelhano antes de 1694, a *Verdad* limitava-se a retomar, de uma forma clara, a pedra angular conferida pelo seu autor, ao situar a abordagem e a consideração do equilíbrio de poderes no caminho da transformação da razão de estado em razão de interesse<sup>47</sup>.

Para tornar sua essa base argumentativa, para a cultivar e para poder, de imediato, recolher a colheita de uma *Verdad política*, Salvador introduzia, no entanto, uma variante extremamente pessoal e que o tornava único face a todos os demais textos que entravam no debate de acordo com o mesmo padrão: o questionamento de Tácito. A principal particularidade que apresentava o jurista catalão ao ser, naquela época, o único autor hispânico de um texto deste género, e que se redimensionava com a sua determinação de a fixar na experiência de tempos recentes e, sobretudo, da Antiguidade grega e romana, acentuava-se ainda mais pelo apego que continuava a demonstrar, no plano metodológico, pela argumentação tradicional baseada em autoridades, própria dos textos radicados na esfera da instituição política, e pela confiança absoluta que, instalado nesse plano, depositava na obra de Tácito. Ladeado pela pontual, ainda que muito oportuna, citação de Trajano Boccalini e de Tito Lívio, o verdadeiro ponto de fixação sobre o qual se construía não propriamente uma *verdade* simples, mas sim uma *verdade* adjectivada como *política*, era precisamente o mesmo Tácito que acabava por ser objecto de uns pormenorizados *comentários* que, também, e numa confissão realizada pelo seu autor Juan Alfonso Lancina, tinham ambicionado ser *políticos* em vez de meramente *eruditos*. Num momento político em que Carlos II sentia a necessidade de solicitar uma tradução que lhe permitisse ler *O Príncipe* de Maquiavel, e que tal tradução lhe fosse servida a partir de Nápoles por Juan Vélez de León, Lancina tinha viajado igualmente de Nápoles a Madrid, mas com uns *Comentarios* dos *Anais* do historiador romano, os quais colocou à disposição do Conde de Oropesa, uns *Comentarios* que não requeriam a leitura de Maquiavel para definir que os *interesses de estado* constituíam o mandamento supremo dos *príncipes sábios*<sup>48</sup>. A sintonia

---

España. *Modernidad y cultura propia en la España del siglo XVIII (1737-1766)*, Madrid, Marcial Pons, 2006, pp. 73-92.

<sup>46</sup> Quentin SKINNER, *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 428 e segs.

<sup>47</sup> Cf., *Los verdaderos intereses de los Príncipes de Europa en el estado presente de las cosas*, Madrid, 1690.

<sup>48</sup> Cf. a tradução de Juan Vélez de León em BN. Mss. 902. Sobre esta, María Begoña ARBULU BARTUREN, «La primera traducción española» in Roberto de POL (ed.), *The First Translations of Machiavelli's Prince. From the Sixteenth Century to the first half of the Nineteenth Century*, Amesterdão/Nova Iorque, Rodopi, 2010, pp. 117-169. Cf. também, J. A. LANCINA, *Comentarios*, cit., pp. 139 e 471.

perceptível entre o vocabulário de Lancina e o de Salvador, ambos leitores de Tácito, era também extensiva à abordagem do assunto e à matéria da *Verdad*. Ao dizer, na forma como dizia, que «las confederaciones de los Potentados nunca son firmes» porque «los Príncipes se unen y después se apartan sin ninguna atención cuando les conviene», tal como quando se preocupava em precisar que «las amistades que se contraen entre los soberanos nunca las contrae el amor y siempre el propio interés», e, evidentemente, ao considerar sabido e bem sabido que os «los Potentados menores desean siempre las disensiones entre los poderosos, porque mientras estos contrastan se tienen ellos por más seguros», Lancina estava obviamente a analisar o instável magma das alianças entre as entidades políticas utilizando a mesma linguagem e os mesmos termos que, mais tarde, Salvador empregaria<sup>49</sup>.

O jurista catalão não era, portanto, nenhum iluminado quando decidiu confiar à autoridade de Tácito a afirmação *política* da sua *Verdad*. Desprovida de estímulos de introspecção crítica na muito deteriorada musculatura política monárquica, a redacção da sua obra era menos comprometida do que a de Lancina. Para armar o seu discurso, Salvador não necessitava de se amparar na sólida estratégia da dissimulação editorial que passava por apresentar como *comentário* a Tácito aquilo que, na realidade, era uma teorização política da sua autoria<sup>50</sup>. A sua retórica política, ao contrário da de Lancina, não requeria que fosse velada mediante a extracção, nos *Anais*, daquilo que não era mais do que a intenção do seu comentador, com dois objectivos: por um lado, porque se circunscrevia, apenas, a uma das máximas de interesse do estado que este examinava com uma vontade totalizadora; e, por outro lado, porque nas coordenadas de 1694 sobre essa máxima concreta, Salvador estava a proceder ao apelo a um combate europeu cuja transcendência decisiva no destino da monarquia era unanimemente reconhecida. Elevado à condição de emblema supremo de uma «escuela de la política» cuja compreensão do *contrapeso de potências* como *matéria de estado* confrontava abertamente uma retórica de «políticos especulativos», a fim de dar forma a essa convocatória tudo o que Salvador tinha de fazer era citar directamente o fragmento de Tácito, no qual este afirmava que a única *clara razão de estado* era aquela que ensinava que «quien sujeta a mi aliado, a mi vecino, al que puede protegerme o al que cubre mis estados, es mi enemigo»<sup>51</sup>. No entanto, nada disto afectava a coincidência integral entre os *Comentarios* e a *Verdad* na compreensão da adjectivação *política* da qual se revestiam, como uma epistemologia do *tempo* e da *ocasião*. Se, na fina prosa

<sup>49</sup> J. A. LANCINA, *Comentarios*, cit., pp. 19 e 80.

<sup>50</sup> Sobre esta, cf., Jacob SOLL, *Publishing the Prince. History, reading and the birth of political criticism*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2005 e Saúl MARTÍNEZ BERMEJO, *Translating Tacitus. The reception of Tacitus's works in the vernacular languages of Europe, 16<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> centuries*, Pisa, Pisa University Press, 2010.

<sup>51</sup> M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., pp. 5, 16 e 38.

de Lancina, protegida pelos fragmentos de Tácito, a *sabedoria* para *tomar a conjuntura* era a marca distintiva *dos grandes príncipes*, Salvador não fazia mais do que a acomodar ao teor do debate sobre o equilíbrio. Encerrando e selando a essência da sua *Verdad* no predicado de que «toda la deliberación de los príncipes que no miran al acrecentamiento de los estados, sino a la conservación de los propios, se reduce a las dos principales máximas de gozar del beneficio del tiempo y a contrapesar las fuerzas de los más poderosos», e na medida em que «cada una de esas máximas es opuesta a la otra, porque consiste la primera en la quietud de la paz, y la otra en el estruendo de la guerra», o primeiro ensinamento do seu trabalho pedagógico com os príncipes da Europa era o de evitar que se esquecessem de que «es menester tomar bien la medida a las coyunturas, porque sólo quien supiere en su lugar y tiempo servirse de estas dos máximas tendrá firme el cetro en sus manos»<sup>52</sup>.

III. Não sabemos se Salvador teve conhecimento do conselho que, num dos textos mais importantes de Baltasar Gracián, a *agudeza* deu à *verdade* a fim de *se tornar política*<sup>53</sup>. Como em todos os casos em que é indispensável reivindicá-la, também a *Verdad* era entendida como estando cercada pela *mentira*, ainda que, para se afirmar *política*, não parecesse necessitar de qualquer entrega *gracianesca* nos braços do *engano*, ao pedir aos príncipes da Europa que procedessem de forma a *tomar a conjuntura* não num sentido irénico (e que desse modo tivessem a sua atenção posta na paz), nem propriamente no equilíbrio, mas sim na transcendência que então adquiria para a *conservação dos estados*. No fundo, Salvador escrevia num contexto em que Lancina, sob a renovada imagem de uma «monarquía grande que ha dejado ya la sed de conquista», e ao se aplicar na sua nova disposição a «conservar lo propio», também tinha necessariamente de «guardar al vecino», podia concluir o comentário de algum dos fragmentos de Tácito, aludindo à mesma certeza que o jurista catalão e, assim, podia escrever que «en tiempos de los Romanos convenía a los alemanes su amistad, para gozar cada uno de su estado y no dar lugar a nuevos tiranos, como si se asentase ahora, y es verdad, que conviene a todos los Príncipes la unión con la Casa de Austria en Europa para mantener la paz, gozar cada uno su imperio y reparar grandes designios»<sup>54</sup>.

No fundo, Salvador estava a compactar concepções referentes à *conservação* e ao *equilíbrio*, concepções essas que o vocabulário hispânico já vinha empregando desde há algum tempo no quadro do árduo trabalho de introspecção identitária cujo alcance Lancina ilustrava como a constatação de que tinha terminado o tempo de afirmação da monarquia através da sua *sede de*

<sup>52</sup> J. A. LANCINA, *Comentarios*, cit., p. 296 e M. F. SALVADOR, *Verdad política*, cit., p. 28.

<sup>53</sup> Baltasar GRACIÁN, *Agudeza y arte de ingenio*, (1648) que cito através da edição de Evaristo Correa Calderón (Madrid, Castalia, 1969), II, pp. 191/192.

<sup>54</sup> J. A. LANCINA, *Comentarios*, cit., p. 386.

*conquista*<sup>55</sup>. E fazia-o, ainda para mais, mediante um recurso nada invulgar no seu contexto cultural, confiando nas possibilidades da leitura de Tácito como método capacitado para que o olhar no espelho do duque de Rohan devolvesse a visão de um presente no qual os requisitos de ordem e de equilíbrio europeu eram novos. Sobre um renovado jogo de triangulação entre a razão de estado, a razão de interesse e o equilíbrio de poderes, a Monarquia dotava-se, desta maneira, de um discurso com o qual podia proceder à sua reimplantação num cenário europeu que, por esta altura, começava a blindar toda e qualquer tentativa de hegemonia imperial, utilizando já, de forma decidida, a linguagem e o tema do *balance of power*. Porém, não entrava nas previsões deste discurso que as incertezas sobre a futura localização dinástica da soberania hispânica acabassem por suscitar, em certos centros nevrálgicos da cartografia política europeia, a convicção de que o único caminho para a paz e para a preservação do equilíbrio continental implicava consumir uma intervenção exterior na determinação da ordem sucessória e do destino do mapa territorial da própria Monarquia. Mas esse foi o cenário que, em menos de cinco anos a partir do aparecimento da *Verdad*, alguns tratados de partilha acabaram por tornar realidade.

Pouco importa que, na rejeição desses instrumentos, do que na altura se denominou como «*ciencia de repartos*» e que se entendeu como o liquidar da independência de Espanha, os textos políticos hispânicos tivessem retomado, de forma unânime, a retórica da *Verdad*. Os elementos concretos dessa literatura que foram publicados, e que talvez a tenham procurado precisamente por isso, modularam-se de forma imediata com a concreta linguagem do equilíbrio utilizada por Salvador, configurando-se, tal como a *Verdad*, como uma nova exortação aos *príncipes* de Itália, e em geral da Europa, para que abandonassem toda e qualquer possível tentação de lidar com o caso em termos de *neutralidade*<sup>56</sup>. No entanto, reduzida a monarquia, no seu rasto de crise de soberania, a um estado de *menoridade*, a sorte daquela *Verdad política*, e do discurso a que dava forma, já estava lançada. Ainda que, alinhados retoricamente com o apelo às *liberdades da Europa*, os interesses dos estados continuassem a ser o fio condutor a partir do momento em que o debate deu lugar à guerra. Marcaram-na e demarcaram-na de um modo tão forte que, em função dos mesmos, foi possível entender, no contexto europeu de 1711, e já depois de o Arquiduque Carlos ter assumido a dignidade imperial, que uma década de guerra tinha perdido todo o seu sentido

---

<sup>55</sup> Cf., Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «Rethinking identity: crisis of rule and reconstruction of identity in the monarchy of Spain» in H. E. BRAUN & J. PÉREZ MAGALLÓN (eds.), *The transatlantic Spanish Baroque. Complex identities in the Atlantic World*, Farnham, Ashgate, 2014, pp. 129-149.

<sup>56</sup> Cf. *Reflexiones sobre el Tratado*, cit., p. 5; B. N., Mss. 20048 (Desengaño político contra un político engaño), y *Consideraciones desinteresadas sobre el proyecto y tratado concluido para la división de la Monarquía de España*, Barcelona, Cormellas, 1700, pp. 9 e 13.

e que, por conseguinte, era necessário voltar ao ponto de partida. Ou seja, calibrar o destino que era preciso dar à monarquia hispânica para conter uma ameaça de dominação continental que, a partir daquele momento, era vista como dupla. Desse ponto de vista, os dez anos de guerra transformaram-se em *sátira*, numa «severe satyr upon the wisdom and councils of the confederates»<sup>57</sup>. De outro ponto de vista, mais propriamente hispânico, com a seqüela (nada superficial) do confronto civil que entretanto se generalizou, o género no qual era preciso pensar era, contudo, outro: a tragédia.

---

<sup>57</sup> D. DEFOE, *Balance of Europe*, cit., p. 6.